

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE
PRUDENTE

**HOMENS ADULTOS DE E NA RUA: A FACE MAIS PERVERSA
DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Aline Lemos dos Santos
Andréia Sanches Cortez

Presidente Prudente/SP
2007

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE
PRUDENTE

**HOMENS ADULTOS DE E NA RUA: A FACE MAIS PERVERSA
DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Aline Lemos dos Santos
Andréia Sanches Cortez

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Luci Martins Barbatto Volpato.

Presidente Prudente/SP
2007

HOMENS ADULTOS DE E NA RUA: A FACE MAIS PERVERSA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em
Serviço Social.

Luci Martins Barbato Volpato

Márcia Heloísa de Oliveira

Maria Inês Ribeiro Palmeira

Presidente Prudente,

“Enquanto a casa é abrigo e santuário, a rua é o disperso, o lugar do não lugar, o espaço perverso que ensina as más lições. Coisas de rua! Gente de rua! No olho da rua! Rua! [...] A rua é comumente vista como lugar da perdição, do abandono [...] enquanto a casa aparece como o lugar que resguarda a vida, que protege e anima, que a reproduz em todas as suas dimensões. Casa e rua, o universo íntimo e o desespero, o porto seguro e o mar revolto”.

Gey Espinheira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu a vida, o discernimento para seguir o caminho certo e seguro.

Aos meus grandes incentivadores, meu pai José Nildo, minha mãe Neusa, meu irmão Alisson e meu namorado Helio, que são a razão do meu viver, me amparam, me incentivaram e me compreenderam nos momentos mais difíceis da minha caminhada, me dando apoio e força, contribuindo para a realização dos meus sonhos.

E minha eterna amiga Andréia, que juntas choramos, sorrimos, compartilhamos o nervosismo e nos apoiamos diante de todas as dificuldades, no decorrer desta trajetória, em busca de um mesmo objetivo e conquista, e finalmente vibramos com a nossa vitória.

Agradeço em especial a minha orientadora Prof^a Luci Martins Barbato Volpato, pelo incentivo, motivação e dedicação, mostrando-me o caminho a seguir.

Aline Lemos dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que sou e pela minha vida.

Aos meus pais, irmãos pelo incentivo, e em especial minha irmã Sabrina que me motivou a escolher este caminho.

ao meu marido Luciano, grande incentivador nesta caminhada, me apoiando nas horas difíceis e vibrando as minhas conquistas. E as minhas filhas Isabella e Isadora que são a razão da minha vida, participaram comigo neste grande desafio, compreendendo minha ausência nos momentos em que precisavam de minha presença.

E hoje com mais essa vitória, fico grata pela compreensão de todos que fazem parte da minha vida.

A minha eterna amiga Aline, que compartilhou comigo sonhos, alegrias e tristezas, e que me fez acreditar que existe amizade verdadeira, mesmo diante dos obstáculos que enfrentamos juntas para alcançarmos a vitória.

Agradeço a querida orientadora Prof^a Luci Martins Barbato Volpato, pelo incentivo, dedicação e paciência nos inúmeros momentos que estivemos juntas.

Andréia Sanches Cortez

RESUMO

Este trabalho tem como tema central pessoas em situação de rua, e como pano de fundo a sociedade contemporânea, configurada no modo de produção capitalista, resultando desigualdades sociais e falta de garantias sociais e exclusão social. Busca-se contextualizar os desafios e riscos que encontram em situação de rua, presenciando diariamente a exclusão social e a violação de seus direitos como cidadãos.

Os sujeitos centrais dessa pesquisa são moradores homens, adulto de e na rua do município de Presidente Prudente. A pesquisa discute o processo de exclusão e desqualificação social. Discute a Assistência Social como política social que se coloca no cenário brasileiro como mecanismo de atenção na travessia, acolhida, equidade, convívio e rendimento. O morador de e na rua do município de Presidente Prudente vivenciam o processo de desqualificação social, sobrevive da rede de solidariedade, o que aponta a necessidade do estabelecimento de ações da política social direcionada a esse segmento.

Palavras Chave: População de e na rua. Exclusão social. Política da assistência social. Desqualificação Social. Desfiliação Social.

ABSTRACT

The following text has a goal to expose the situation of people living on streets, looking through the current society, formed on a capitalist basis, having as a result inequalities and lack of social guarantees and exclusion. With the goal to explore the challenges and risks faced by those living on the street. Whose rights are not respected and whose the exclusion reach daily. This research consists of mostly males, in the adulthood, who are living on the streets of Presidente Prudente. The research discusses the process of social exclusion and disqualification. It is also debating the Social Assistance as a social policy, which on the Brazilian scenario take place in the reception, equity, coexistence and income. The homeless on the streets of Presidente Prudente experience the process of social disqualification, they live by charity, which means the need for more political and social actions toward this group.

Keywords: homeless of on the street. Social exclusion. Social assistance politics. Social disqualification. Social disaffiliation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSF – Programa de Saúde da Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

MDAS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO	11
2 COMPREENDENDO A EXCLUSÃO SOCIAL	13
2.1 O Processo de Exclusão do Morador de e na Rua.....	17
3 A ATENÇÃO AOS MORADORES DE E NA RUA: A QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	23
3.1 A Assistência Social como Direito Social.....	23
3.2 A Atenção do Morador de e na Rua: a Rede de Assistência Social e Solidariedade.....	28
3.3 A Questão da Segurança Pública.....	31
3.4 As Condições de Saúde do Morador de e na Rua.....	32
3.5 A Questão do Trabalho.....	33
4 METODOLOGIA DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA	36
4.1 O Processo de Exclusão Social do Morador Adulto Homem de e na Rua de Presidente Prudente.....	38
5 CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

A exclusão social inicia-se com a escravidão e se expressa até os dias atuais em faces diferenciadas das expressões de processos sociais presididos por uma mesma lógica econômica ou de cidadania excludente.

Caracterizada como uma expressão da Questão Social, decorrente dos modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades, ruptura de vínculos sociais, materializados e simbólicos, a exclusão social afeta diferentes sociedades perpetuando a exclusão como negadora dos direitos de cidadania, e gerando um acúmulo de déficit e precariedades. Sob tal contexto um grande número de pessoas confronta-se quotidianamente com esta realidade, em situação de extrema exclusão social, desigualdades e pobreza. É nesta perspectiva pertencendo a esta realidade, que se contempla a discussão sobre as dificuldades, riscos e desafios que a população homem adulto de e na rua enfrentam no decorrer de sua vida.

A condição de exclusão social, desqualificação e desfiliação, que vive grande parte dessa população de rua que preconceituosamente é identificada como “mendigos”, provoca várias indagações, o que evidencia a complexidade do trato das expressões da questão social atualmente.

Nesse sentido, se faz pertinente o presente trabalho, com vistas a analisar e compreender as condições e os fatores que os levaram a buscar a rua como uma opção ou não, e de forma abrangente, oferecer visibilidade às informações sobre a realidade social cada vez mais expressiva no município de Presidente Prudente.

Para alcançar o objetivo estabelecido para esta pesquisa, tivemos dificuldades em face de pouca bibliografia e dados existentes sobre essa população. O próprio Censo, realizado pelo IBGE, não computa essa população, em função da sua falta de referência de moradia.

Partindo desta concepção, o primeiro capítulo do trabalho resgata a natureza da exclusão social sob os contextos geral e específico, abordando a exclusão do homem adulto de rua, como consequência do conjunto de elementos econômicos, políticos e sociais que atinge toda a sociedade, embora, mais fortemente, a essa parcela da população que vive e mora na rua.

Abrigar-se na rua pode ser um exílio, pode ser uma defesa da agressão, porque a rua é lugar de todos, espaço de amparo coletivo, componente necessário para a sobrevivência.

O segundo capítulo trata a atenção à população de moradores na rua, suas vulnerabilidades e a invisibilidade da atuação do Estado sobre essa categoria. Discute ainda, a função da assistência social como intermediadora de ações de prevenção, garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes dessa população. Contempla também esse capítulo a forma de sobrevivência do morador de e na rua: as condições de saúde, trabalho, segurança, moradia e solidariedade, que fazem parte de sua realidade social. Destaca ainda a forma como repercutem essas ações, o que acontece de maneira precária ou inexistente, dificultando o acesso dessa população dos direitos que lhe assistem, mas que lhes são negados, restando-lhe apenas a solidariedade das entidades filantrópicas e da sociedade civil.

O terceiro capítulo compreende a metodologia de pesquisa. Inicia-se pela caracterização do município de Presidente Prudente onde foi realizada a referida pesquisa. Compreende ainda a análise e interpretação dos dados levantados, e busca desvendar os reais motivos que levaram pra a rua essas pessoas, quais são suas perspectivas para o futuro, quais lutas desenvolvem constantemente para sobreviver e como os serviços socioassistenciais atendem esses sujeitos

2 COMPREENDENDO A EXCLUSÃO SOCIAL

Neste primeiro capítulo discutiremos a exclusão social como uma categoria que permite compreender o morador de rua como expressão da questão social¹.

Para Paugam (1996) apud Castel (1991), a análise socioantropológica da questão social centra-se na crise da sociedade salarial, versando sobre a emergência da relação contratual de trabalho e os que dela foram “excluídos”, como os vagabundos, os desempregados, os pobres e outros, ao longo da constituição da sociedade burguesa. Através da reconstrução histórica dos sistemas de proteção social, chega-se ao período atual, em que a vulnerabilidade de pobres, trabalhadores e desempregados se expressa no aumento da “exclusão” do emprego, mas também na precarização das relações contratuais, nas formas de sociabilidades perversas e em um panorama do futuro que passa, também, pelo desmonte do Estado Social ou do chamado Estado do Bem-Estar Social.

Segundo Escorel (1999) o trabalho conceitual e empírico sobre a exclusão social teve origem e alcançou seu maior desenvolvimento em solo francês, de onde provém a maior parte da bibliografia sobre esse assunto.

A concepção de exclusão continua ainda fluída como categoria analítica, difusa, apesar dos estudos existentes, e provocadora de intensos debates. Alguns consideram a exclusão como um novo paradigma em construção, ‘brutalmente dominante há alguns anos, enquanto que o da luta de classes e desigualdades dominou os debates políticos e a reflexão sociológica desde o fim da Segunda Guerra mundial’ (SCHNAPPER, 1996, p.23).

As marcas das causas e as conseqüências da exclusão são visíveis nas pessoas que sofrem com desemprego, trabalho mal remunerado,

¹ A questão social adquire um conteúdo especial na multidimensionalidade das relações sociais e na forma pela qual os sujeitos, individuais e coletivos são determinados pelos processos e estruturas sociais, e ao mesmo tempo, instituem esses processos e estruturas. Sendo ela fruto das desigualdades e injustiças que se estruturam na realidade do sujeito, expressas principalmente pela concentração de poder e de riqueza em certos setores e classes sociais, e pela pobreza e opressão em outras classes sócias.

saúde debilitada, moradia precária ou inexistente, alimentação insuficiente, desinformação, cansaço e resignação diante das condições de subalternidade em que estão colocadas.

Nos anos 80, com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, com a emergência do desemprego e com a precarização das relações de trabalho enquanto problemas centrais da sociedade surge um novo conceito de precariedade e de pobreza para designar os desempregados de longa duração que vão sendo expulsos do mercado produtivo e os jovens que não conseguem nele entrar, impedidos de acesso ao primeiro emprego.

Nessa mesma década tem-se como questões relevantes, a questão da democracia, da segregação urbana (por efeitos perversos da legislação urbanística), da falência das ditas políticas sociais e o surgimento dos movimentos sociais e das lutas sociais.

Segundo Atkison (1998) apud Sawaia (2002) o conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto ao processo quanto às situações conseqüentes.

Salienta ainda esse autor (1998), que o conceito de pobreza, compreendido muito freqüentemente como se referindo exclusivamente à renda, também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas, componentes e dos direitos de integração social e de identidade, ultrapassando a simples participação na vida do trabalho e englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.

Atkinson (1998) apud Sawaia (2002), afirma ainda que existem três tipos ideais de tratamento à pobreza: integrada, marginal e privadora (ou desqualificante). Esta última se refere ao espectro da exclusão social, compreendida como uma pobreza que apresenta condições precárias de vida e é vista como ameaça à coesão social. Além do desemprego, há outras dimensões (a pobreza é multidimensional) como a precariedade econômica e social, a instabilidade social e familiar inadequadas, o baixo nível de participação nas atividades sociais, gerando uma espiral viciosa de produção da exclusão.

O conceito de pobreza está correlacionado intimamente ao conceito de exclusão, expresso na privação de emprego, no não-acesso aos

bens socialmente produzidos, ao bem-estar, aos direitos, à liberdade, à esperança enquanto necessidades fundamentais para garantir condições de vida digna. O conceito de pobreza recebe, hoje, uma dimensão moral, não oferecendo (uma vez que não oferece) mais alternativas e nem mesmo a mais remota possibilidade de ascensão social.

Nos dias atuais a vulnerabilidade dos pobres, trabalhadores, desempregados se expressa não só pelo aumento da exclusão do emprego, mas também pela precarização das relações contratuais, das formas de sociabilidade perversa e um panorama quanto ao futuro que passa também, pelo desmonte do Estado Social.

Este desmonte do Estado Social remete ao modelo Neoliberal cujo sistema econômico prega uma intervenção mínima do Estado no campo social transferindo suas responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil. Defende a instituição de um sistema de governo onde o indivíduo tem mais importância do que o Estado, sob a argumentação de que o Estado deve ter uma participação reduzida na economia o que, em tese, resultaria em maior poder para os indivíduos. Defende ainda a privatização e o livre comércio.

Castel (1997) concebe a exclusão social a partir dos eixos integração / não integração ao mundo do trabalho e das relações sociais. A precariedade e a instabilidade dos vínculos com o mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários. No mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzam ao isolamento social e à solidão.

Esse mesmo autor substitui o conceito de exclusão pelos de precarização, vulnerabilidade, marginalização e desfiliação, advertindo que essas situações marginais têm origem no processo de desligamento em relação ao trabalho e à inserção social. Nesse duplo processo de desligamento, podemos distinguir três formas de degradação que, agrupadas, originam três zonas: zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacionais); zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e zona de desfiliação (ausência de trabalho e isolamento relacional). Assim, para Castel (1997), é incoerente nos referirmos à categorias

da população que sofrem de um *déficit* de integração e, portanto, estão “ameaçadas de exclusão”, visto que tais processos podem resultar em exclusão propriamente dita, ou seja, em um tratamento explicitamente discriminatório.

Castel 1998) apud Sawaia (2002, p. 36), utiliza o termo:

[...] desfiliação abordando processos contemporâneos como a desestabilização dos estáveis, que se tornam vulneráveis e se instalam na precariedade, culminando na inexistência ou no déficit de lugares ocupáveis na estrutura social transformando-se em não-forças sociais, perdendo a identidade de trabalhadores e percorrendo difícil caminho ‘suspensão por um fio’.

Segundo Paugam (1996) apud Sawaia (2002), exclusão social apresenta como um dos fatores de maior importância a desqualificação social, fenômeno de grande amplitude, que afeta o conjunto da sociedade a ponto de se tornar uma “nova questão social”, ameaçadora para a ordem social e para a coesão nacional. Esse fenômeno estabelece uma relação de interdependência entre os pobres e o resto da sociedade, que gera uma angústia coletiva, já que um grande número de indivíduos é considerado como pertencente à categoria dos pobres ou dos excluídos.

Paugam salienta ainda que, a desqualificação é um processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, o qual considera a pobreza como sendo produto de uma construção social e um problema de integração normativa e funcional de indivíduos que passa essencialmente pelo emprego.

O processo de desqualificação social acontece devido ao grande número de pessoas que vivencia o processo de expulsão do mercado de trabalho o que se torna um estigma marcante no conjunto de suas relações com os outros, promovendo uma “identidade negativa, que se refere à interiorização de aspectos negativos, no processo de exclusão” (PAUGAM, 1999, p. 61).

De acordo com o mesmo autor, a exclusão inclui três noções: a noção de trajetória, que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, a noção de identidade positiva ou negativa, de crise e de construção dessa

identidade, e a terceira, a noção de territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação.

Para Escorel (2000), a materialização do processo de exclusão pode ser percebida no cotidiano e seria: “um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana” (ESCOREL, (2000, p.75).

Nessas condições sociais, sobreviver e escapar com vida seria o padrão. Viver e gozar a vida configuraria a exceção. Essa criação de humanos, semelhante à criação de outros animais, implica em que anteriormente os mesmos devam ser enquadrados no que propomos chamar de chaves excludentes.

Chaves excludentes configuram os rótulos nos quais, ao ser encaixada, a pessoa é passível de ser expulsa de um ambiente com uma justificativa construída socialmente, ou seja, a chave é o estereótipo que abre a porta pela qual será justificadamente excluído aquele que está numa situação não aceita pelo laço social estabelecido. Estas chaves não originam o processo de exclusão, porém, surgem enquadrando e segregando a pessoa em patamares criados por um processo mais amplo – tal qual a relação entre o rótulo vagabundo e o trabalho, na qual o rótulo pode autorizar a não ajuda (ESCOREL, 2000, P. 76).

Já Martins (1997) apud Tiene (2004), trabalha o grave problema da exclusão- inclusão, ou seja, o processo que, ao mesmo tempo em que parece empurrar as pessoas para fora da sociedade, movimenta-as para dentro da condição subalterna, quando estas não reivindicam e nem protestam frente às injustiças a que são submetidas.

A exclusão social não tem um conceito estabelecido, o que exigiu a apropriação de diferentes conceitos elaborados por diferentes autores. Assim, tal fenômeno deve ser compreendido segundo as particularidades de cada momento histórico e em cada sociedade.

2.1 O Processo de Exclusão do Morador de e na Rua

O processo de exclusão social vem agravando as desigualdades sociais, como afirma Forrester (1997) apud Tiene (2004, p. 33), ao avaliar a

dinâmica dessa exclusão, a partir das mudanças no mundo do trabalho e suas conseqüências na vida das pessoas:

Qualquer que tenha sido a história da barbárie ao longo dos séculos até agora o conjunto dos seres humanos sempre se beneficiou de uma garantia: ele era tão essencial ao funcionamento do planeta como à produção, à exploração dos instrumentos do lucro, do qual representava uma parcela. Elementos que o preservavam. Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes e para o qual as vidas humanas que evoluem fora de seu círculo íntimo só têm interesse, ou mesmo existência – isso se percebe cada dia mais, de um ponto de vista utilitário.

Para Tiene (2004), essa massa humana encontra-se nas ruas das grandes e das pequenas cidades, excluídas dos bens necessários para a sobrevivência e discriminadas pelos segmentos sociais articulados com o poder. Nesse modelo de sociedade excludente, os contrastes entre miséria e abundância fortalecem as desigualdades sociais mantidas e toleradas num nível crescente pela sociedade brasileira.

A exclusão social não se limita a esse segmento. Embora fortemente presente nessa parcela da população, ela faz parte de um conjunto de pressupostos econômico-político-sociais que atinge a todos. Para o morador na rua, a exclusão chega mesmo a ser uma estratégia perversa pela qual ele se mantém incluído na exclusão.

Escorel (1999, p.75), em sua pesquisa sobre a condição dos excluídos moradores de rua, considera que a exclusão social, enquanto processo, envolve trajetórias de vulnerabilidade que levam à rupturas parciais dos vínculos sociais em cinco dimensões da vida social, podendo chegar à ruptura total. São elas:

O mundo do trabalho: as trajetórias de vulnerabilidade dos vínculos com essa dimensão social ocorre num contexto de diminuição dos postos de trabalho, precarização, instabilidade ocupacional e dificuldades de inserção da mão-de-obra não-qualificada. A exclusão do mundo do trabalho se caracteriza especialmente pelo fato de que tem aumentado o contingente populacional economicamente desnecessário e supérfluo ao sistema capitalista.

A dimensão sócio-familiar: as transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar e o vínculo com a

comunidade podendo inviabilizar o suporte e a unidade familiar, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão.

Para essa mesma autora, na dimensão sócio-familiar verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de fragilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar podendo inviabilizar os suportes, proteções e reconhecimentos aos seus membros.

A dimensão política: a exposição à situações de vulnerabilidades socioeconômicas gera precariedade no acesso a direitos legais e obstáculos ao exercício da cidadania. Embora os direitos sejam iguais para todo o acesso a eles é facilitado ou não por fatores inerentes à posição social. Pessoas submetidas à carências extremas estão aprisionadas pela busca de satisfação de necessidades imediatas, sendo isto um “obstáculo à apresentação na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos” (ESCOREL, 1999, p. 76)

De acordo com Arendt (1989) apud Escorel (1999, p. 77):

A dimensão da cidadania se constitui através do primeiro direito que é o de ter direito a ter direitos. Os cidadãos são indivíduos portadores de interesses e direitos legítimos, são sujeitos com poder de agir e falar. Considerando que os homens são diferentes entre si, diversos, plurais, por características de natalidade e identidade (originalidade, singularidade), a igualdade é um artefato para construção de um mundo comum. Igualdade é portanto um conceito político que possibilita na esfera pública a expressão das diferenças individuais .

Para Telles (1992) apud Escorel (1999), o mundo de subjetivação e construção de identidade: a exposição à exclusão social conduz a trajetórias de desvinculação dos valores simbólicos, ocasionando a experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais. Nos processos de exclusão social a escala de ‘estranheza’ atinge o limite de retirar o caráter humano do outro. Ou seja, a pobreza é um fator de intensificação das diferenças, a partir da qual as interações sociais são marcadas pela estigmatização, medo, criminalização do pobre ou indiferença, não interpelando responsabilidades individuais ou coletivas.

Segundo Arendt (1989) apud Escorel (1999, p. 81):

Na dimensão humana, no mundo da vida, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de animal laborans, cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida. Expulsos da idéia de humanidade sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer), não interpela responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual torna-se permanente o processo de morrer.

De acordo com Paugam (1996), a desqualificação social é um dos mais importantes fatores no processo do enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais dessa categoria população de rua. Quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade do indivíduo não ter nenhuma relação com a família. Esse fato ocorre em maior porcentagem com os homens que, pela forças das circunstâncias, muitas vezes são obrigados a pedir ajuda aos serviços sociais, sentindo-se inibidos e humilhados com a insuportável situação vivenciada, preferindo assim manter distância dos assistentes sociais, como se perdessem sua própria identidade.

Salienta-se ainda, que a desqualificação social aparece como o inverso da integração social, na qual o Estado é convocado a criar políticas indispensáveis à regulação do vínculo social, como garantia da coesão social, correspondendo a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre em função de sua dependência em relação aos serviços sociais e o resto da sociedade.

A crise do emprego transformou-se em crise social porque além da superprodução de uma mão de obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não conferem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento. É nesse processo de risco crescente de marginalização e déficit de integração que está posta a questão da exclusão social (MINGIONE, 1998, apud ESCOREL, 1999 p. 65).

A experiência humilhante vivida pelo desemprego, a necessidade de ajuda, desestabilizam completamente as relações do indivíduo, levam-no a fechar-se em si próprio. Com a fragilidade, presenciada em si e a precariedade profissional acarretando a diminuição da renda, pode ocorrer a dependência

dos serviços sociais que encarregam-se dos problemas dos indivíduos. Após um longo período de resistência e desânimo acaba procurando os assistentes sociais como última hipótese.

Muitas vezes o indivíduo vivendo essa desqualificação social, sem condições de um mínimo social, acaba tomando uma decisão e sai de casa em busca de emprego, para obter uma vida mais digna. Entretanto, na maioria das vezes, não é isso que encontra. Sem condições de moradia e sem condições de voltar para casa, permanece na rua, em condições precárias e longe da família. Vai sendo excluído aos poucos da sociedade, vive as piores formas de miséria e enfraquecimento do vínculo familiar, e conseqüentemente passa a viver um estado permanente de vulnerabilidade social, econômica e política.

Segundo Paugam (1994), a ruptura é a última fase do processo de desqualificação, produto da acumulação de deficiências e fracassos – distância do mercado de trabalho, problemas de saúde, ausência de moradia, perda de contatos familiares etc. - e promotora de uma forte marginalização. Nessas situações, cada vez mais marginais, a miséria é sinônimo de dessocialização, podendo atingir a ruptura total que envolve a ausência de perspectivas e o sentimento de inutilidade diante do mundo.

Os indivíduos não percebem nenhum futuro plausível em nenhum modo de vida integrado à dinâmica social e perdem o sentido da vida. Desesperançados e sentindo-se inúteis, procuram compensações para seus azares ou dificuldades na dependência ética. Nessa fase pode surgir a reivindicação à liberdade de viver à margem da sociedade. Eles sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo. É uma reação de defesa, pois se sentem ameaçados ou observados com reprovação pelos trabalhadores sociais. Esses comportamentos representam o último estágio da reviravolta simbólica dos estigmatizados. Muitos se encontram afetados por problemas de alcoolismo e temem ser “aprisionados” por uma instituição médico-social e, assim, privados dos últimos espaços de liberdade que lhes restam.

Por outro lado, essas pessoas moradores de e na rua não existem no plano institucionalmente visível. Não estão presentes nos censos

nacionais que são realizados a partir do critério dos domicílios, como bem coloca Aldaíza Sposati (1998) apud Tiene (2004, p. 15):

Ser perseguido pela polícia, por seguranças de lojas, estar a mercê de assaltantes, ser visto com preconceito, enfrentar a fome e sofrer até com a natureza, nada disso se compara à maior violência contra o morador de rua: não existir perante os censos nacionais, que são realizados a partir dos domicílios.

A população de rua tem muito trabalho em conseguir sua cidadania, porque não é respeitada e nem considerada (brasileira) pela própria sociedade, que a fez povo de rua. Assim, o homem de rua é um estrangeiro dentro de seu próprio país.

Essas pessoas são levadas a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida. A rua passa a ser o espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia.

A exclusão social pode atingir o limite da existência humana, em que os grupos que dela são vítimas limitam suas potencialidades à esfera da sobrevivência. Pela ausência de vínculos com o mundo do trabalho esses indivíduos são considerados desnecessários, sendo passíveis de eliminação. Logo, sua sobrevivência é uma preocupação exclusivamente individual.

Arendt (1989) apud Escorel (1999) afirma que no caso dos moradores de rua o processo de vulnerabilização dos vínculos familiares, o afastamento dos contatos, o isolamento social e a solidão acabam por expulsar o indivíduo da própria idéia da humanidade. Nesse caso vivem e morrem sem deixar vestígio algum e passam a pertencer à raça humana da mesma forma como animais pertencem a uma dada espécie de animais.

A partir da análise de vários autores sobre o processo de exclusão que vivem os moradores de e na rua compreende-se que viver na rua para essa população é um processo de desumanidade. Vivem subjugados pela situação de exclusão social, econômica e política, gerada por uma condição imposta pela sociedade de classe, que defende o mercado e não a pessoa e a vida.

O seu mundo é incerto e estranho, constituído de uma subcultura limitada, já que não é um mundo criado ou escolhido pela grande maioria desses indivíduos. Lutando para conseguir sobreviver nesse mundo de injustiças, onde o capitalismo selvagem predomina e gera a desigualdade, a

massa humana que vive de incertezas, dificuldades, riscos e total precariedade vai, dessa forma, literalmente sendo aniquilada em suas expectativas, em sua identidade e em sua dignidade já que esse é um processo tristemente real que tanto diz respeito à negação das mínimas condições de vida.

3 A ATENÇÃO AOS MORADORES DE E NA RUA: A QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Em nosso país a atenção do Poder Público com esse segmento populacional é recente e conseqüência de lutas sociais ocorridas nos últimos anos. O desinteresse do Estado pelas pessoas em situação de rua reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema: ora com compaixão, preocupação e assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença.

Trata-se da pobreza visível todos os dias, em meio ao ritmo do cotidiano da cidade formal, divulgada com freqüência pelos meios de comunicação, que, em alguma medida, refletem a indignação da população em geral, em especial das classes média e alta, que vêem nesse público as contradições sociais expostas.

Wacquant (2001), apud Costa (2005), aponta que esse sentimento do senso comum, contraditório, tem propiciado parte das políticas oriundas do poder público que estão voltadas para populações em situação de rua, sejam da alçada da segurança pública. Portanto, a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social.

O fato é que, historicamente invisíveis aos olhos do Estado brasileiro, quando não se constituem em alvo de repressão, as pessoas em situação de rua são simplesmente deixadas de lado.

3.1 A Assistência Social como Direito Social

Mudar esse quadro é nossa preocupação, e o que nos remete a este estudo, é discutir o que se impõe para o enfrentamento dessa questão.

Para Sposati (2001) apud Tiene (2004), é claro que diante do crescimento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, o fato da assistência social ainda se encontrar no campo das promessas (apesar do avanço legal), é que se considera importante o debate em torno desta política

pública na perspectiva da sua afirmação como política social orientada por padrões de universalidade e justiça, capaz de devolver a dignidade, a autonomia, à liberdade a pessoas que se encontram em situações de exclusão, abrir possibilidades para que estas pessoas estejam em condições de existir enquanto cidadãs(os) e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil. Por este caminho, o horizonte que a política de assistência social permite chegar talvez seja o da cidadania.

Segundo Sposati (2003), é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos.

De acordo com essa mesma autora (2003), a competência cotidiana para cuidar de tal “fenômeno” era da rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial àqueles organismos atrelados às igrejas de diferentes credos.

De acordo com Sposati, (1997) apud Tiene (2004, p. 101):

O tema assistência social, vinculado aos direitos de cidadania, foi mais amplamente discutido na década de 1980, de modo geral no Brasil, quando os movimentos sociais e outros setores da sociedade civil participaram ativamente da elaboração de propostas democráticas para a agenda da Assembléia Constituinte, tendo garantido direitos sociais na Constituição de 1988. Com essa conquista e com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - em 1993, a Política de Assistência Social passou a integrar o sistema de proteção (Saúde, Previdência e Assistência) e a ser concebida como Seguridade Social não contributiva que deve prover um padrão básico de condições de vida através da garantia de mínimos sociais e da cobertura às situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

[...] E como política de Estado passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. Assim cabe à Assistência Social ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou

sociais de seus usuários (SPOSATI 1995, apud TIENE, 2004, p. 102).

Ainda Sposati (1997), apud Tiene (2004), referindo-se a essa situação, denomina-a de estado social mínimo histórico, explicitando que nunca se teve no Brasil um Estado Social abrangente e que a cultura ético-política brasileira não é tão extensiva quanto à cidadania. Afirma ainda que, para garantir um padrão de cidadania, a sociedade precisa do pleno emprego e de serviços universais para satisfazer suas necessidades básicas. Para que isso aconteça, aponta a necessidade da adoção de padrões de proteção e de vida direcionados aos grupos de baixos rendimentos e aos grupos vulneráveis.

Com esses argumentos, essa mesma autora afirma ser de competência da política de assistência social “a busca e construção de equidades”, propondo a institucionalização dos mínimos sociais² como política de seguridade social previstos nos textos da Constituição Federal e da Lei Orgânica da Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, consolida princípios, diretrizes, objetivos e ações da assistência social, em particular a proteção social básica e especial. Propõe e desenha um Sistema Único de Assistência Social (Suas), com gestão fundada na descentralização político-administrativa e na territorialização, reafirmando novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil e para o financiamento e controle social da PNAS. Destaca, ainda, o desafio de construção e da participação dos usuários nos conselhos de assistência social e a necessária política de recursos humanos, de monitoramento e avaliação. Finalmente, a PNAS, como instância mais específica desse conjunto, enumera uma série de ações que constituem hoje a prestação de serviços de proteção ao público-alvo da assistência social no Brasil. Tal conjunto de ações configura,

² O conceito de mínimos sociais é heterogêneo e varia de acordo com o tipo, a lógica ou o modelo de proteção social adotado (residual ou institucional). Pode ser amplo, concertado e institucionalizado em um país e restrito, isolado e não institucionalizado em outros. Contudo, os mínimos sociais, uma política mais facilmente verificável nos países capitalistas centrais, são geralmente definidos como recursos mínimos, destinados a pessoas incapazes de prover por meio de seu próprio trabalho a sua subsistência. Tais recursos assumem freqüentemente a forma de renda e de outros benefícios incidentes, setorialmente, sobre as áreas da saúde, da educação, da habitação etc. ou sobre categorias particulares de beneficiários.

também, um referencial para a definição das entidades que deverão integrar a rede de proteção prevista pela Política Nacional de Assistência Social.

A assistência social é uma política de proteção social que precisa conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais e que deve garantir seguranças. Passa da lógica do necessitado à lógica das necessidades. A população tem necessidades, mas também possibilidades. A política de assistência social deve cumprir um duplo papel: suprir um recebimento e desenvolver capacidades para maior autonomia.

E, além disso, a assistência social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. Essa perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade, a partir de:

Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformando em casos individuais, enquanto são partes de uma situação sociais coletivas; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los.

Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam (PNAS, 2004, p. 69).

Porém, essas conquistas democráticas vêm acompanhadas da recessão econômica, agravada com a expansão do ideário neoliberal, que impõe um modelo de reforma do Estado brasileiro e de desmonte em todas as políticas sociais. Na Assistência Social, as conseqüências têm sido ainda mais acentuadas, considerando-se sua trajetória marcada pela ajuda e pelo controle dos indivíduos que dela necessitam, exercendo uma função reguladora e não na esfera da garantia de direitos. (TIENE, 2004, p. 101).

Sposati (1995, p. 20-35):

Afirma que o processo de construção do campo da assistência social, como política social, tem sido historicamente relegado ou, no mínimo, retardado, por exigência da necessária ruptura com o conservadorismo, que sempre demarcou o âmbito e o modo da gestão da assistência social no caso brasileiro. Há uma relutância em afirmá-lo no campo da conquista de direitos. Primeiro, porque nela ainda estão presentes forças conservadoras que a mantém sob o jugo do clientelismo.

Sposati (2001), apud Tiene (2004), tem chamado esta situação de regressividade na assistência social, apesar dos aparentes avanços no perfil institucional de sua gestão. A regressividade, segundo a autora apresenta-se no seu não reconhecimento como política de seguridade social, na ausência de definição quanto “as seguranças que a assistência social deve prover à população, no predomínio de relações conservadoras entre assistência social e organizações sociais sob a égide da filantropia e no desconhecido impacto dos gastos públicos no âmbito da assistência social entre as três esferas governamentais [...], o que impede o controle social nessa área de ação.

Para avançar na perspectiva do direito social, Sposati (1997) defende um caminho para a construção.

Sposati (1997) apud Tiene (2004, p. 103), defende um caminho para a construção do que denominou um projeto civilizatório solidário, a fim de que a assistência social saia do campo paliativo e compensatório e ingresse numa ação de garantias de direitos, propondo o atendimento de cinco seguranças básicas:

“Segurança da Acolhida”, com ressalva de que não se trata apenas da população que está vivendo na rua, mas sim do atendimento das vulnerabilidades da mulher da criança, do idoso, enfim de todas as

pessoas em situação de risco social, sendo a acolhida uma política que deve estar situada no meio de outras políticas.

“Segurança de Convívio”, considerando o estado de fragilidade com a perda do emprego, de proteção e segurança social e outras, que levam as pessoas a uma ruptura dos vínculos sociais, a uma exclusão da vida coletiva. O convívio deve ser entendido como a convivência, o estar com o outro, estabelecendo relações e vínculos, criando laços, favorecendo trocas, enfim, oferecendo respostas às necessidades das pessoas.

“Segurança de Equidade”, constituindo no cariar possibilidades para reduzir e/ou extinguir desequilíbrios sociais, onde e quando as diferenças sejam respeitadas, os preconceitos superados.

“Segurança de Travessia”, compreendida enquanto uma política de apoio às situações circunstanciais das pessoas, considerando o direito de acesso e de usufruir os bens sociais, que todos devem ter.

“Segurança de Rendimento”, considerando que a concentração de renda acentua as diferenças, o que de certa forma está indicado em todas as demais seguranças, o direito ao rendimento básico, o que não deve ser confundido com salário, mas como uma renda de inserção social.

Estamos no campo da dívida social brasileira, das exclusões sociais, e entendemos que os serviços da assistência social são importantes, quer para suprir demandas da reprodução social de segmentos sociais, ainda que invisíveis dentre os brasileiros, quer para a desconstrução / reconstrução da sociabilidade cotidiana de várias camadas da população sob uma nova relação de igualdade/equidade de direitos perante o Estado brasileiro.

A Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

A Assistência Social como campo de efetivação de direitos é (ou deveria ser) política estratégica, não-contributiva, voltada para a construção e provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, rompendo com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros.

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e

não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos; isto implica em um incremento das capacidades de famílias e indivíduos.

3.2 A Atenção do Morador de e na Rua: a Rede de Assistência Social e Solidariedade

Segundo Sposati (1995, p. 13):

Há pouco assinalava que nos países de capitalismo desenvolvido os migrantes eram mandatários dos serviços de assistência social. Ante o valor da etnia, o migrante é um cidadão de segunda classe. A ele são reservados os serviços de baixa remuneração e/ou valoração social, ou então as formas de subsistência quase clandestinas. O migrante tem o acesso aos serviços públicos, delimitado à sua condição de raça. Dificilmente se reconhece no catador de lixo, no recolhedor de sucata, um brasileiro portador de direitos sociais. A naturalização da miséria ainda os conserva no mundo do ralé monárquica ou da “coisificação” da escravatura.

A mudança para a construção de uma sociedade de direitos e de reconhecimento social da igualdade que as pessoas possuem, ainda é um caminho a ser feito. Retomar o espaço político construído pelo trabalho, pela vida dos que estão excluídos dos bens sociais, como direito e não como benesse e tornar público, dar visibilidade à situação da população de rua, para a autoconstrução de sujeitos com vez e voz, deve ser papel da sociedade civil e do Estado que atendem a essa população. Criar na assistência social a atenção às vulnerabilidades como direito social, é criar condições para viabilizar políticas de proteção e de garantia social.

Com a nova legislação, o poder público passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, através da proteção especial, garantindo padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social.

Costa (2005), aponta que uma parcela da população de rua freqüenta, ainda que de forma esporádica e quando vê necessidade, os abrigos

e albergues disponíveis na rede de Assistência Social, que se mostra insuficiente frente à demanda existente. Na maioria dos casos, nesses locais há oferta de leito, roupa de cama, cobertores, roupa para trocar, material de higiene e alimentação, além do trabalho técnico dos profissionais que atuam realizando encaminhamentos, fazendo atendimentos, garantindo condição de convivência.

Ressalta ainda, que os serviços de abrigagem, algumas vezes, deixam de ser freqüentados por parcela dessas pessoas, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência. Sob esse ponto de vista, são muito heterogêneas as experiências existentes no país, que vão desde locais onde as regras são construídas com a participação dos usuários e dizem respeito à questões básicas, como tomar banho, não fazer uso de álcool e drogas no local e não portar arma até experiências de instituições bastante rígidas e seletivas, que têm como objetivo implícito a mudança de comportamentos.

Quando não procuram a rede assistencial, as pessoas que vivem nas ruas viram-se como podem, dormem embaixo de marquises, próximas a órgãos públicos, em rodoviárias ou estações de trem, montam barracas em praças ou áreas verdes, abrigam-se debaixo de pontes. Dormem geralmente em grupos, em razão dos riscos que enfrentam pela violência de que são alvos, mas também há as que se mantêm sozinhas.

A solidariedade, como uma das faces contraditórias da população em geral, também pode ser observada quando se trata da garantia de necessidades básicas das pessoas em situação de rua. São muitos os exemplos de pessoas que acabam por “adotar” (aspas da autora) pessoas que vivem nas ruas nas proximidades de suas residências ou locais de trabalho, garantindo-lhes local para dormir, sobras de comida e disponibilidade de água.

No que se refere à moradia, não há ofertas habitacionais diferenciadas a não ser os serviços tradicionais de abrigagem. Há que se pensar em ações de política habitacional que contemplem esse segmento, identificar as pessoas em situação de rua e propor alternativas adequadas a essa realidade.

Segundo Costa (2005), outros exemplos de solidariedade são os inúmeros grupos de voluntários que saem à noite para levar comida

(geralmente sopa) e agasalho para as pessoas que estão dormindo nas ruas. Assim sendo, a melhor perspectiva da atuação solidária e voluntária em relação às pessoas que vivem nas ruas, ainda é a participação efetiva junto à entidade sociais que atuam como parceiras ou não do poder público ofertando programas regulares de atendimento, devidamente aprovados, registrados e fiscalizados pelos conselhos de assistência social.

O financiamento da rede regular de serviços de assistência social é insuficiente e muito precário, não existindo uma fonte de recursos federal destinada à área. Os governos estaduais dificilmente financiam programas para populações de rua, restando apenas aos municípios a tarefa de destinar recursos para as necessidades variadas de atendimento. “Sendo assim, as entidades sociais que se propõem à prestação de serviços, muito freqüentemente, não encontram fonte de financiamento no poder público” (COSTA, 2005).

De acordo com Sposati (1999), apud Costa (2005), é de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de seguranças à população-alvo dessa política, entre as quais a autora mencionada destaca a segurança de convivência. Observando-se as condições de convivência e as estratégias desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua para partilhar do espaço social, vê-se que resta um grande percurso a ser percorrido na direção da garantia mínima deste direito de cidadania.

O desafio está em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, e criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua, as vezes invisível aos olhos da sociedade formal, às vezes expressão agressiva da contradição social. Estar incluído, sentir-se pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento.

3.3 A Questão da Segurança Pública

Para Costa (2005), viver nas ruas quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga

por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores da sociedade preconceituosos para com esse público ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. Geralmente as políticas de segurança pública dirigidas a esse público não são voltadas para a sua proteção, mais sim para criminalização de seus comportamentos e para a “tolerância zero” (grifo da autora) em relação aos seus atos de transgressão.

Ainda para a autora, a forma de atuação dos órgãos de segurança reflete o pensamento socialmente hegemônico, o qual está longe de assegurar a essa população a condição de detentora de direitos humanos que devam ser respeitados.

É importante enfatizar que são poucos os exemplos de agregação da população que vive na rua através de alternativas coletivas de segurança. Dormem em grupos, e na maioria das vezes estabelecem comunidades temporárias de convivência nas quais se garante alguma proteção mútua.

Portanto, sobreviver na rua é uma façanha individual e “mais uma vez” (grifo da autora) cotidiana, em que cada dia é mais um dia, em que a garantia da própria vida é lucro em relação ao que se pode esperar do cotidiano. Ainda assim, viver nesta condição é tido como alternativa real e possível na perspectiva de quem assim vive. A violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência.

3.4 As Condições de Saúde do Morador de e na Rua

Segundo Costa (2005). a condição de debilidade física e mental da população que vive nas ruas, em especial daqueles que estão há mais tempo nessa condição, é bastante grave. Várias são as doenças que atingem com maior freqüência esse público e entre elas estão a Aids, as doenças sexualmente transmissíveis, a tuberculose, as doenças de pele, as doenças respiratórias, entre outras. Segundo essa mesma autora (2005), é possível dizer que o maior problema que atinge essa população na área da saúde está no campo das doenças mentais. Compõe esse quadro doenças como a dependência de substâncias psicoativas, as neuroses e psicoses, de tal modo

que a grande maioria de pessoas que vivem nas ruas tem algum tipo de sofrimento psíquico.

É bom destacar que, em algumas situações, os doentes mentais que perambulam pelas ruas são público-alvo da Política de Saúde Mental, que ao longo dos últimos anos vem sofrendo um processo de reordenamento, adequando-se às alternativas antimanicomiais e de inserção social e comunitária. Tal política, não conta com todas as estruturas alternativas, capazes de acolher o grande número das pessoas que necessitam de acesso.

Não apenas no âmbito da saúde mental observa-se que os serviços disponíveis na maioria dos municípios, através do Sistema Único de Saúde, não estão adequados à realidade e necessidades das pessoas em situação de rua. Diante disso, mesmo os serviços sendo ofertados para a população geral, não contam com condições de acolhimento e de busca ativa do público que vive nas ruas. Um exemplo é a necessidade de comprovação ou de referência de residência para aqueles serviços de saúde que trabalham por bases territoriais. Ora, quem vive na rua não pertence a nenhuma área de abrangência específica e assim torna-se invisível para rede de serviços de saúde.

Em alguns casos, doenças como a Aids e a Tuberculose, exigem tratamentos adequados, comportamentos regrados e condições de vida protegidas. Evidentemente, as pessoas que vivem nas ruas dificilmente conseguem adequar-se a tais tratamentos. Isso resulta em agravamento de suas doenças, infectando-se com outras doenças e muitas vezes morrendo nas ruas.

O mesmo ocorre com os tratamentos contra dependência de substâncias psicoativas. O álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio ou como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua.

Snow e Anderson (1998) apud Costa (2005, p. 09), afirmam que:

O uso de álcool e drogas é considerado há muito tempo como uma das dimensões culturais que compõe o estilo de vida de quem vive na rua. Portanto, estar em abstinência é um grande desafio para essas pessoas, mesmo que disso dependa a própria sobrevivência.

Concordamos com a autora quando afirma que os serviços de saúde não estão preparados para o acolhimento dessa população, nem mesmo quando são procurados espontaneamente, ou quando os usuários são encaminhados por outros serviços da rede. Ainda fazem parte da realidade da estrutura do atendimento o preconceito e a discriminação contra essa população. Exemplos disso são as exigências de que as pessoas tomem banho para que venham a ser atendidas, a necessidade de que estejam acompanhadas, ou as negativas em fazer procedimentos por receio de contaminação etc.

3. 5 A Questão do Trabalho

As pessoas que sobrevivem nas ruas, com certeza, conseguem essa sobrevivência a partir de estratégias que passam ao largo da perspectiva ofertada pelas políticas públicas. Certamente, a necessidade de viver nas ruas faz com que sejam criadas alternativas de sobrevivência e de transformação da realidade que se apresenta a cada dia.

Em face às mudanças contemporâneas do mundo do trabalho, poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas. No entanto embora empregos formais praticamente não existam e subempregos sejam esporádicos, observa-se que a rua ainda é a alternativa de busca de sobrevivência para uma parcela significativa da população. Em muitos casos, faz parte do processo de ida para a rua em busca, as vezes desesperada, de alternativas de sustento pessoal ou familiar.

Para Costa (2005), as pessoas nessa condição geralmente informam que tem uma profissão, mesmo que já não a estejam exercendo há vários anos. Conforme demonstrou-se anteriormente, Castel (1997), ensina que em nossa sociedade o trabalho confere identidade às pessoas. Nessa perspectiva, dizer que tem uma profissão pode ser uma manifestação de resistência à condição de inutilidade ou de negativa em relação aos preconceitos a que estão sujeitas. De outra parte, sobrevivem sob uma perspectiva diária, sem a menor condição de planejamento a médio ou a longo prazo, como acontece no caso dos trabalhadores formais.

Entre as ocupações mais corriqueiras do povo de rua estão a catação de papel, latas e outros resíduos, a guarda de carros, o serviço doméstico e a construção civil. Essas profissões como não são exercidas com regularidade, não garantem o sustento. Assim, a alternativa de sobrevivência, muitas vezes, é obtida através de benefícios sociais.

Esse desejo, geralmente expresso, de um emprego que seria o caminho para a saída da rua, em muitos casos concretos não tem condição de tornar-se realidade, diante da fragilidade da condição pessoal decorrente da situação de rua. Cumprir horários, não usar álcool e drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês, são desafios que não estão ao alcance de quem já está na rua há algum tempo.

Para Costa (2005), há necessidade de viabilizar alternativas de geração de renda para esse público é uma das principais tarefas a ser enfrentada na atualidade, não só pelo poder público, nas três esferas de governo, mais pela sociedade em geral. Nesse campo reside a possibilidade, ainda que pequena, de que as pessoas que vivem situação de rua venham adquirir autonomia.

É um grande desafio elaborar alternativas que possam adequar-se à realidade de quem vive nas ruas, e nessa direção, alguns projetos que tem alcançado êxito são concebidos como retomada gradual da atividade laboral, repasse de renda, acompanhamento social e oferta de espaços educativos. Nesse campo, além das dificuldades das atividades em si, são encontrados sérios entraves na legislação vigente no país.

Essas pessoas são levadas a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida. A rua passa a ser o espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia.

Como aponta Costa (2005), paralelamente a esse caminho rumo à garantia de direitos sociais, tem se perpetuado na cultura nacional o sentimento de repressão e segregação, ou mesmo de desvalia, das pessoas que vivem nas ruas. Situação essa que tem sido o pano de fundo de ações violentas, as quais têm origens dispersas no contexto da sociedade em geral.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA

Essa pesquisa tem como objetivo, mostrar como os homens adultos de e na rua de Presidente Prudente vivem a exclusão social.

Utilizamos a técnica de pesquisa qualitativa, pois através desse método nos possibilitou, ir além de buscar coleta de informações, mas buscar sujeitos e suas histórias. Esses dados ganham vida com as informações, com os depoimentos, com narrativas que os sujeitos nos trazem.

Caracterizando esse município, que foi fundado em 14 de Setembro de 1917, pelos Coronéis Francisco de Paulo Goulart e José Soares Marcondes. O município foi criado pela Lei Estadual nº 1.798/21 de 28 de Novembro de 1921.

Atualmente, o município de Presidente Prudente caracteriza-se como a 10ª região administrativa do estado de São Paulo, de acordo com a estimativa populacional do IBGE/2007, o município possui aproximadamente 206.704 habitantes³, distribuídos em uma área territorial de 562 KM², englobando os distritos de Eneida, Ameliópolis, Montalvão e Floresta do Sul. É classificado como um município de grande porte⁴ (população de 101.000 – 900.000) possui uma organização complexa, no que tange sua estrutura econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados.

Foi utilizada a pesquisa de campo, com relatos de histórias de vida dos entrevistados, onde nos proporcionou maior conhecimento, visibilidade e compreensão dessa categoria, e assim, atingir o objetivo da pesquisa.

Segundo Martinelli (1999), “se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas”. O uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é de grande importância, por esse motivo que as pesquisas qualitativas os privilegiam.

³ Fonte: Censo IBGE 2007 – disponível na página www.ibge.gov.br

⁴ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social de novembro de 2004, os municípios se caracterizam de acordo com o número de habitantes como: municípios pequenos I (pop. até 20.000 hab.); municípios pequenos II (pop. de 20.001 a 50.000 hab.); municípios médios (pop. 50.001 a 100.000 hab.); municípios grandes (pop. 100.001 a 900.000 hab.) e metrópoles (pop. superior a 900.000).

A análise das informações obtidas foi agrupada, segundo os elementos estruturantes das trajetórias anteriores de vida dos sujeitos entrevistados, e os elementos que configuram seu cotidiano de exclusão: família, trabalho, dependência etílica e química e formas de sobrevivência.

O processo de exclusão social como discutimos anteriormente, nos possibilita compreender a situação de vida e dificuldade de superação da realidade individual de cada um desses moradores entrevistados.

No processo de desqualificação social, exclusão social, dependência de drogas lícitas e ilícitas e desfiliação são constatados ao longo da história de vida de cada um desses moradores, que hoje vivem nas ruas.

É preciso entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos sujeitos em sua vivência cotidiana. Pois para conhecer o sujeito é necessário ir até o contexto em que vive sua vida. É importante conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida, pois envolve seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas. Conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social, sendo assim expressa sua cultura.

Em torno dessa experiência social que as pesquisas qualitativas se valem da fonte oral e se encaminham na busca de significados de vivências dos sujeitos pesquisados. Nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos.

De acordo com Martinelli (1999), não necessita de uma pesquisa com grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação aquele sujeito com o qual estamos dialogando. E qual o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando na pesquisa.

Essa pesquisa nos possibilitou conhecer as dificuldades e desafios que essa população enfrenta no seu cotidiano, e as lutas constantes para sobreviver diante deste contexto, relatando ainda suas vivências e expectativas para o futuro, através de processos que fazem parte de suas histórias de vida que será citado a seguir.

Desse modo, a pesquisa de campo foi realizada, através da técnica história de vida com depoimentos de três moradores adultos de rua, do sexo masculino. Sendo realizada na cidade de Presidente Prudente, no dia

trinta de julho de dois mil e sete, no período noturno, realizado na Avenida Brasil esquina com a Rua Luiz Cunha, próximo ao Terminal Rodoviário.

A entrevista aconteceu de forma espontânea, onde os entrevistados agiram naturalmente, relatando histórias de suas vidas.

Para preservar a identidade dos entrevistados, os mesmos serão identificados como entrevistados S, C, SC.

4.1 O Processo de Exclusão Social do Morador Adulto Homem de e na Rua de Presidente Prudente

Constatamos que os entrevistados são pessoas compostas por diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta de despertencimento da sociedade salarial. Como constata em seu depoimento S:

Nasci em São Gonçalo – SP, em uma família pobre, humilde, minha infância passei dificuldades, morando com meus pais e quatro irmãos, sendo o caçula, tive mais prioridade, pois enquanto eu só estudava, meus irmãos já trabalhava, deixando o estudo de lado, e o que meu pai ganhava não era suficiente para o sustento da família.

E a situação do entrevistado C não foi diferente, *“nasci em Londrina – PR, tive minha infância pobre vendo as brigas entre o pai e a mãe e sendo vítima do ódio do pai, pois nunca nos demos bem, sempre discutimos”*.

Para C. S sua infância foi marcada por privações como relata a seguir:

Tive uma infância pobre, comecei a trabalhar muito cedo. Meu pai era caseiro de um sítio, trabalhava dia e noite para sustenta a gente. Ajudava o pai no sítio e sonhava em estudar para um dia ser doutor, mas a situação fez com que eu estudasse até a segunda série, deixando meu sonho de lado.

As condições sociais, econômicas, culturais e políticas de cada um, nos permitem compreender a situação do homem adulto morador de e na rua, que hoje vivem as condições de excluídos, ou seja, vítimas da desigualdade social da sociedade capitalista. Os depoimentos dos entrevistados demonstraram essa realidade:

Cursei até o segundo grau, trabalhei como marceneiro, mas continuei usando drogas, roubando e traficando, fiquei nessa situação durante quatro anos. Até ir preso novamente, sofri muito dentro da prisão, me arrependo dos crimes que cometi, com intenção de me recuperar das drogas e não roubar mais.

Aos vinte e seis anos saí da prisão parei de roubar e traficar, mas continuei usuário de drogas, comecei a fazer uso de bebida alcoólica. Com outra companheira tive mais um filho. Continuei com os vícios e desempregado, aceitei ajuda para me tratar dos vícios em uma Casa de Recuperação de drogas na cidade de São Paulo, onde morei por um ano. Após o tratamento de recuperação, não consegui trabalho, mesmo com experiência de marceneiro, deixei meu filho e minha companheira. Com vinte e nove anos, vim pra cidade de Prudente onde meu avô mora, com intenção de arrumar emprego, mas não consegui, e fiquei apenas uma semana na casa dele, e saí de casa dele porque não aceito regras. ("S")

Fui usuário de drogas, queria mais e mais, comecei a vender objetos da minha casa, e meu pai muito bravo me mandou embora. Com treze anos saí de casa, deixei minha mãe e meus irmãos preocupados. Estudei até a oitava série por insistência da mãe, ate ir morar na rua ("C").

Aos cinqüenta anos, se viu prisioneiro do vicio, deixando para trás seus filhos e partiu para as ruas de Presidente Prudente. Dez anos se passaram e hoje aos sessenta anos encontra-se em companhia de uma mulher, também moradora de rua("S.C").

Para Paugam (1999), à desqualificação social é um dos fatores que mais contribui para a existência crescente de pessoas que vivem em situação de rua, decorrente da expulsão do mercado de trabalho que os torna um estigma marcante no conjunto de suas relações com os outros, promovendo uma "identidade negativa, que se refere à interiorização de aspectos negativos no processo de exclusão" (p.61).

Não consegui entrar no mercado de trabalho, mesmo com experiência em marcenaria, tive que deixar minha família para vir para outra cidade que eu nem conhecia, para tentar alguma coisa aqui, só que não foi o que eu esperava, e acabei indo para a rua, pois na casa do meu avô tinha regras e eu não aceito humilhação, então preferi ficar na rua até arrumar um emprego. (S)

No depoimento de C.S. evidencia-se o processo de desqualificação social quando do desemprego do mesmo, e assim perdendo a referência como provedor da família:

O que eu nunca esperava aconteceu, fiquei desempregado, e isso me prejudicou, e a falta de emprego, fez com que eu procurasse me esconder do sofrimento de perder meu emprego, e me afundei num balcão de boteco, e assim através da bebida eu consegui esconder minha decepção. E com cinquenta anos, por causa do vício, deixei pra trás meus filhos e parti pras ruas, onde to até hoje.

A centralidade do trabalho na sociedade Capitalista fica evidenciada bem como o significado que o trabalho ocupa na vida dos cidadãos. O desemprego e a não qualificação para o mercado tem desencadeado o esgarçamento do vínculo social e familiar.

Os depoimentos de S. e C.S demonstraram claramente o processo de perdas e desfiliação, sendo esta abordado por processos contemporâneos como a desestabilização dos estáveis, que se tornam vulneráveis e se instalam na precariedade, culminando na inexistência ou no déficit de lugares ocupáveis na estrutura social transformando-se em não-forças sociais, perdendo a identidade de trabalhadores.

Verificamos que os entrevistados que vivem o processo de desfiliação social, são dependentes de drogas ilícita e licitas, e envolvimento em crimes, o que contribuíram para estar em situação de rua. Como ressalta S em sua fala:

[...] com quinze anos fui preso por roubo, onde passei três anos da minha vida na FEBEM, quando saí continuei usando drogas, roubando e traficando até eu ir preso de novo, onde perdi muito tempo da minha vida e da minha liberdade.

Por motivos de precariedades o entrevistado em sua infância, para tentar um futuro melhor, se envolveu com traficantes de drogas, passou a ser usuário, e não tendo como sustentar seu vício, surgiu a necessidade de adentrar-se no mundo do crime.

Já no caso do entrevistado C. percebe-se o processo de perdas, ruptura familiar e o vício de drogas, que o levou a esse caminho de rua, como narra em seu depoimento:

Quando tinha dez anos, conheci a droga, e amigos doidão, fui escravo do vício e encontrei na droga (crack e maconha) o que nunca tive em casa, me drogando todo dia, eu via ao meu redor uma vida que eu queria te, com muitas fantasias.

O início da dependência do álcool para o entrevistado C.S, a partir do processo de desqualificação social, *“sofri muito quando perdi meu emprego, não podia nem sustentar minha família, e no bar consegui esquece o meu fracasso e a minha revolta”*.

A dependência química e etílica ainda faz parte do cotidiano desses entrevistados, como forma de ocultar o fracasso que Capitalismo estabelece em suas vidas. Sendo função da saúde intervir com tratamentos preventivos, pois são vários os problemas que a população de rua enfrentam cotidianamente, onde a política de saúde se insere como um fator de grande importância, mas na maioria das vezes encontra-se precária para essa categoria, com difícil acesso, pois o SUS não está adequado à realidade e necessidades das pessoas em situação de rua. Quando os serviços são ofertados para a população em geral, não contam com condições de acolhimento e de busca ativa do público que vive nas ruas.

Um dos desafios a ser enfrentado quando tratamos dessa população está no campo da saúde mental, que necessita de maior atenção, devido a grande número de pessoas que necessitam de acesso. Em relação às drogas e o álcool, que fazem parte da realidade das ruas, precisaria na área da saúde, investimentos em programas de prevenção para esse público que se utiliza dessas substâncias muitas vezes como um meio de socialização. Como alternativa de intervenção, propomos capacitar profissionais da área de saúde PSF, onde possam utilizar as técnicas de abordagem a essa população, para dar visibilidade as demandas, e através desta dar respostas profissionais sustentáveis através de atendimentos específicos de acordo com a necessidade dessa categoria. Realizando articulação entre profissionais especializados em cada área específica, efetivando encaminhamentos para melhor atender essa população visualizando-os como sujeitos de direitos.

Os entrevistados que se encontram em situação de rua, vivem o processo de desqualificação social, que não se caracteriza apenas pela origem econômica, mas também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso e perda de auto-estima. Esse sentimento de não pertencimento o esgarçamento de vínculos torna-se mais difícil

naqueles que se encontram em mais tempo nessa realidade de vida na rua.

Como relata “C” que se encontra há quinze anos vivendo nas ruas:

Fui mora na rua e conheci muita gente que tava na mesma situação que eu, fiz da rua meu lar e minha moradia, vejo tudo e todos. Faz quinze anos que to na rua e não mudo nada, todo dia uso droga vivo pedindo dinheiro pros outros. Não quero muda de vida, procurar minha família eu não vô, tenho vergonha deles me vê assim, e na rua encontrei a liberdade que não tinha em casa.

Para C. S. não há muita diferença do entrevistado acima, pois há dez anos vive na rua, é visível sua baixa auto estima e relata com fatalidade sua expectativa para o futuro:

Penso que o meu futuro é a morte, pois é o caminho de todos nós, já to na rua faz dez anos e não penso em deixar a rua, não quero mora com meus filhos, pois cada um fez sua vida, e eu tenho a minha com a minha companheira. E sair da rua só se for para viver junto dela, esse é meu sonho.

O fator “tempo” em que se encontram os entrevistados em situação de rua, demonstra que as pessoas que se encontram há mais tempo na rua, vivenciam um processo de perdas e rupturas que tornam mais complexo o processo de desfiliação. Há que se pensar nas diferentes situações que se encontram o morador de e na rua, para traçar ações que possam superar esta condição.

Tem três anos que moro na rua e tenho esperança de um dia sair dessa vida, ter uma vida digna para as pessoas que amo, esse é o meu sonho. Ter que ficar pedindo roupa, comida, meu cigarrinho, isso não é digno para um ser humano. Quando era só eu, ficava mais fácil, mas agora que minha companheira ta grávida, tenho que me virar para cuidar de dois. Por isso minha maior vontade é de arrumar um emprego, para sair da rua.

Os três entrevistados presenciam no decorrer de suas vidas caminhos diferentes, mas em uma mesma direção, a rua. Conviveram desde sua infância com a pobreza e hoje convivem com a fome, a miséria, a privação e a precariedade ou inexistência de acesso a bens e serviços. Como destaca S, “A gente que nasce numa família humilde e pobre desde cedo tem que aprender a se virar”.

Mesmo diante dessa realidade existe sonhos e perspectivas de uma vida melhor, mas nem todos demonstram da mesma forma, como narra “C”:

Faz quinze anos que to na rua, sem mudança, uso droga todo dia, e vivo pedindo e recebo ajuda das igrejas, que me da comida. Não quero saí da rua, e nem voltar pra casa, tenho vergonha deles me vê assim, na rua encontrei liberdade.

Há contradições em sua história, de um lado à vontade de sair da rua, e do outro a necessidade de se drogar que é o motivo central de não retornar ao lar, pois na rua não tem os limites que tem em sua casa.

Para C. S. as perspectivas e sonhos se baseiam na fatalidade, como relata:

Minha perspectiva de vida é morrer, porque a morte é o caminho de todos nós, e meu sonho é viver em companhia da minha namorada, e que e também fizessem casas ou lugares para todos morar.

Com diferentes perspectivas, “S” relata:

Tenho sonhos e perspectivas para meu futuro, onde possa ser feliz com as pessoas que eu amo. Para meus sonhos se realizar, o primeiro passo é eu sair da rua, assim poderei criar meu filho(a), com condições mais dignas para sobreviver, sem ter que conviver com a incerteza de que amanhã terei o que comer, isso eu não desejo”para meu filho e para ninguém. Diante de todas as pessoas que vivem nas ruas, a necessidade maior é “falta de apoio e incentivo por parte do Estado para que assim todos possam “sair das ruas, e morar com suas famílias, com empregos para sobreviverem de forma digna e ser feliz.

A falta de incentivo e investimento do Estado em relação a essa população, como relata S, “faz com que percamos a esperança de um futuro melhor”, pois conquistando uma colocação no mercado de trabalho a vida dessas pessoas mudaria, e assim teriam probabilidade de voltar a sonhar.

A partir desse contexto surgem estratégias variadas, para sobreviver e uma delas é a solidariedade da população, que pode ser observada fortemente quando se trata da garantia de necessidades básicas, como água, vestuários e alimentação das pessoas que vivem em situação de rua. Outro exemplo de solidariedade segundo Costa (2005), são os inúmeros

grupos de voluntários que saem à noite para auxiliá-los com alimentação e às vezes agasalhos. Afirmando essa discussão S ressalta que:

Sobrevivo com ajuda das igrejas e das pessoas que me ajuda com alimentação, roupas, assim vou sobrevivendo, e aprendi a me virar diante da situação. Pois na rua encontrei muita dificuldade, principalmente a discriminação de algumas pessoas, mas claro que não são todas, a maioria me trata com respeito e educação.

Diante da situação de sobrevivência na rua C e C. S, relatam que:

Sobrevivemos com ajuda das igrejas, que nos dão alimentação, essas pessoas dá muita atenção pra gente, e não discrimina nos, e quando a gente precisa de outras coisas as pessoas ajuda nois.

Instituições caritativas e filantrópicas, mantidas por grupos religiosos ou associações humanitárias, mobilizam-se para um atendimento do que seria da responsabilidade do Estado. Este, por sua vez, participa de tal atendimento apenas com medidas que solidificam a situação de exclusão social. Essas instituições realizam a assistência a essa população, o que deveria ser dever do Estado e do Município adotar atitudes que apontem um caminho de atenção para possibilitar ações e intervir na realidade dessa população.

Como política que merece atenção, a assistência social, faz parte da realidade de quem vive nas ruas, sendo serviço insuficientes e precários, pois não existe recurso federal destinado a essa população, restando apenas aos municípios tarefa de destinar recursos para as necessidades variadas de atendimento. Dessa forma a população que vive na rua aprendem a conviver com os imprevistos, como relata C *“já fui na assistência social pra pedi uma passage, mas só isso. E quem me dá assistência mesmo é a igreja”*.

E para C. S. que utilizou os serviços assistências, em um albergue relata ainda que *“fui bem recebido, e o que me chamou a atenção foi as pessoas se servir mas falta liberdade, por isso preferiu a rua”*.

É necessários haver a compreensão e cautela do Estado e Sociedade Civil em busca de uma atenção que considerem os direitos sociais das pessoas em situação de rua, para enfrentar essa problemática que se encontra em evidencia.

Cabe a assistência social a tarefa de motivar, envolver e buscar alternativas junto aos vários segmentos da sociedade para alcançar mudanças e transformações sociais.

Diante desta realidade, entendemos que as ações assistenciais têm um grande papel em relação à população de rua, mas por si só não obtém mudanças, necessitando da articulação em redes com outras políticas para melhor atender aos direitos e as reais demandas dessa população que merece respeito, e condições dignas de sobrevivência, que pertencem a uma mesma sociedade.

Como resposta a essa população de rua as “entidades assistenciais fornecem ajuda basicamente alimentar e são as intermediárias nessa inserção no mercado de consumo, em que o sujeito não tem escolhas ou preferências e a autonomia individual parece ser inversamente proporcional à dependência institucional” (ESCOREL, 1999).

A necessidade da população de moradores de e na rua não se baseiam somente em necessidades básicas, como alimentação e vestuário, e sim de uma política voltada a essa categoria, que tem sua origem na pobreza, na desigualdade e desfiliação.

Diante deste contexto de exclusão social que essa população vivencia, a assistência social como política pública de travessia, acolhida, equidade, convívio e rendimento, tem que ter um olhar para esses processos de desqualificação social. Há que se desenvolver como aspecto fundamental à transversalidade com as demais políticas e pensar ações que criem espaços para terem acesso e liberdade, que possibilitem a atenção articulada em rede, especificamente para essa população pois não há uma política de atenção.

Para superar essa condição de viver na rua, e imprescindível que o município de Presidente Prudente, com a PNAS articulada com outras políticas criem programas em benefícios dessa população, com ações inovadoras que vai além da imediatividade, proporcionando caminhos para autonomia, emancipação e direitos efetivados desses sujeitos ontológicos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho expressa a síntese do estudo realizado ao longo de constantes análises em torno do nosso objeto de pesquisa, ou seja, o morador adulto homem de e na rua de Presidente Prudente.

Como indicado nos primeiros capítulos desta análise, a complexidade, a contraditoriedade e a exclusão expressa nas relações sociais, econômica e política, no decorrer das décadas no mundo e no Brasil especificamente, provocaram problemas sociais gravíssimos, principalmente para a categoria moradores de e na rua.

Diante dessa realidade, essa pesquisa nos possibilitou compreender a exclusão social nas suas diferentes formas, ligada ao processo de produção da sociedade capitalista que provoca a desqualificação social. Essa desqualificação acontece devido ao grande número de pessoas que vivenciam o processo de expulsão do mercado de trabalho, assumindo nesse processo uma identidade negativa que os coloca na categoria de excluídos. Trata-se de um fenômeno que afeta o conjunto da sociedade como se fosse uma nova questão social na medida em que provoca um grande aumento do número de pobres ou excluídos, estigmatizados pela sociedade, sendo que, nem mesmo eles próprios se reconhecem como sujeitos e, portanto, não atuam como sujeitos de direitos.

Verificou-se no presente trabalho, que as marcas da exclusão social são visíveis nas pessoas que vivenciam a vulnerabilidade social compreendida esta como pobreza, como precariedade de condições de vida e como ameaça à coesão social. O conceito de pobreza está relacionado intimamente ao de exclusão e expresso na privação do emprego, no não acesso aos bens socialmente produzidos, aos direitos, ao bem estar e à liberdade.

A exclusão atinge o limite da existência humana e os grupos que dela são vítimas têm suas potencialidades limitadas. A população de moradores de e na rua não têm vínculos com o mundo do trabalho, são considerados desnecessários, passíveis de eliminação, sendo que sua sobrevivência é uma preocupação individual e não da sociedade.

Subjugados pela situação de exclusão social, econômica e política, gerada por uma condição imposta pela sociedade capitalista essa população luta para sobreviver em um mundo de injustiças e desigualdades que, praticamente, determina a exclusão social. Esses indivíduos que vivem de incertezas, riscos, e extrema precariedade que desta forma vão perdendo sua própria identidade.

A partir do presente trabalho, confirmou-se que a relevância da Assistência Social como área fecunda para satisfação de necessidades dos segmentos mais vulnerabilizados, ainda se encontra no campo das promessas apesar do avanço legal.

É importante destacar que como a política social é orientada por padrões de universalidade e justiça, criar possibilidades para que essas pessoas em situação de exclusão atinjam condições de existir enquanto cidadãos capazes de desenvolver sua própria autonomia e liberdade para assim incorporar a cultura de direitos inerente a qualquer sociedade deve ser escopo da Assistência Social.

Como política de proteção social, ela deve buscar a garantia de que todos que dela necessitarem e sem contribuição prévia, recebam um tratamento pautado na dimensão ética de inclusão, transformando essa população em casos individuais, que são parte, efetivamente de um status social coletiva. Essas ações deverão basear-se no conhecimento dos riscos e vulnerabilidades a que estão sujeitos para dimensionar e efetivar as possibilidades de enfrentá-las. Entendemos que essa população tem necessidades e capacidades que devem ser desenvolvidas. Para que isso se efetive é necessário ter uma visão capaz de captar as diferenças sociais entendendo os requisitos particulares dos indivíduos em si e deles em sua família, uma vez que estes são determinantes para sua proteção e autonomia.

Concordamos com Sposati (1997), quando se refere à importância de que a Assistência Social saia do campo paliativo e ingresse em uma ação de segurança e garantia de direitos a todas as pessoas em situação de risco social. A política de segurança deve estar articulada com outras políticas, uma vez que o convívio é um fator que contribui para estabelecer relações e vínculos, criando laços, oferecendo respostas às necessidades das pessoas, criando possibilidades de redução dos desequilíbrios sociais e de

superação de preconceitos. Enquanto a segurança de travessia é uma política de apoio à situação das pessoas considerando o direito de alcançar e usufruir dos bens sociais., a segurança de rendimento pressupõe o direito ao rendimento básico, como garantia de inserção social.

É visível que os serviços e programas de atenção à população de rua, através da proteção especial disponível na rede de assistência social, mostram-se insuficientes frente às demandas existentes. E para reverter essa situação é necessário que se efetivem ações, programas e projetos que operem para fazer a diferença, articulados transversalmente com as demais políticas públicas, criando espaços de atenção a essa categoria morador de e na rua e às suas variadas demandas. Isso significa proporcionar acesso, autonomia e liberdade de escolha.

A partir dessa realidade, essas pessoas que vivem nas ruas sobrevivem pela via da solidariedade da população em geral e de inúmeros grupos de voluntários de igrejas que prestam assistência a esses excluídos com alimentos e vestuário, proporcionando um atendimento paliativo e executando ações que deveriam ser de responsabilidade da esfera municipal. Isso nos dá a medida da forma como esses excluído são tratados pela sociedade, como se as suas necessidades fossem baseadas apenas nos mínimos sociais, esquecendo que esses sujeitos possuem direitos que não são concretizados. Perante a sociedade civil e o Estado eles são simplesmente categorizados como “indigentes” e “seres invisíveis”.

Nesse sentido, as políticas públicas existentes são insuficientes para atender a essa população que se encontra em situação de vulnerabilidade. Mais especificamente, a política de saúde não se encontra capacitada para o atendimento a essa população, cujo acesso a bens e direitos é precário ou inexistente e quando há atendimento, ele é marcado pelo preconceito e pela discriminação. Por serem dependentes, químico e etílico, essas pessoas sofrem como consequência o comprometimento neurológico e psicológico, o que a atuação de uma política pública eficaz faria dar destaque à área da saúde mental. Isso exigiria a articulação entre as políticas sociais, para que juntas dessem respostas profissionais sustentáveis através de atendimentos específicos de acordo com a necessidade de cada um.

Contudo, apesar de restarem poucas alternativas para essa população que sobrevive nas ruas, - embora empregos formais não existam -, os dados apontam que a rua ainda é alternativa de sobrevivência para uma significativa parcela dela. O desejo de um emprego seria a motivação para a saída da rua, mas em muitos casos, isso se torna impossível devido a fragilização da condição pessoal decorrente da própria situação na rua, principalmente dos que vivem essa condição há mais tempo. O esgarçamento ou ruptura dos vínculos sociais, que com o tempo foram se cristalizando, decorrente do processo de desfiliação responde juntamente com os motivos anteriormente mencionados pela manutenção desse estado de coisas. Ao contrário, para os que se encontram há menos tempo nas ruas, existe a pretensão de que, um dia, essa situação se modifique e ele possa sair e ter uma vida mais digna.

Com vidas marcadas por rupturas num processo de perdas mais do que de ganhos, são obrigados a inventar um novo modo de viver e de sobreviver. E esse novo modo de viver é difícil de ser administrado pelo município, cuja política social pouco alcança esse segmento ou altera sua trajetória.

Esse estudo nos fez compreender as variadas formas de vivência de homens de e na rua, os riscos e desafios que enfrentam, e que pouco conhecíamos. Os dados obtidos foram de grande riqueza, pois algo em nossa compreensão sobre essa população mudou, principalmente em relação aos estereótipos que nos foram impostos a respeito dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____**Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.

CASTEL, R. Desigualdade e a questão social. 2. ed São Paulo: Educ, 2004.

_____**As Metamorfoses da questão social**. Petrópolis- RJ: Editora Vozes,1998.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos e Contextos. ano IV, nº04 dezembro, 2005.

SCOREL, S. Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social. 20.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz,1999.

FARIA, E. A; MACHADO, M. F. Hiperssocialização “ e eclipse do sujeito na provisão pública de bens e serviços para a população de rua: SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. nº 80 ano XXV. Editora Cortez, Nov. 2004. p,

FUNABEM, & MPAS. Relatório final do Projeto Diagnostico Integrado para uma nova política de bem estar ao menor. Rio de Janeiro

GRACIANI, M. S. S. Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, J.S. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus. 1997

MUNOZ, J. V. (org.) “Porque a vida... Viver é um compromisso”. Cadernos de Educação popular. nº 19. Rio de janeiro: Editora Vozes/Nova, 1991.

OLIVEIRA, I. M. Política Social, Assistência Social e Cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. In: CPIHTS. Disponível em <<http://www.cpihts.com>>. Acesso em 19 de Jul. 2007.

PAUGAM, S. Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN. M - AMORIM. R (Orgs) Atlas da Exclusão no Brasil 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2003

SAWAIA, B. (org) As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis –RJ: Vozes Ltda, 1999

SILVA, M. O. Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Editora Cortez. 2001, p. 07-30, 71-91.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade : uma revolução da consciência da cidadania. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVIII, nº 55, p. 09-38, novembro 1997.

_____”**Assistência Social: desafios para uma política pública de Seguridade Social**”. Cadernos ABONG, São Paulo, nº11, pp.20-35, outubro, 1995.

_____ **Assistência Social na trajetória das políticas sociais.** São Paulo: Cortez, 1985

SPOSATI, A. Et. Al (org.) Os direitos dos desassistidos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TIENE, I. Mulher Moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais. Campinas. SP: Ed. Alinea, 2004.

ANEXOS

ANEXO A

Questões utilizadas nas entrevistas realizadas com os moradores de rua.

- 1- Nome:
- 2- Quantos anos você tem?
- 3- Qual o nível de escolaridade?
- 4- Raça: ()Branco ()Pardo ()Negro
- 5- Qual sua cidade de origem?
- 6- Tem filhos? Quantos?
- 7- Qual sua profissão?
- 8- Possui algum vício? ()Sim ()Não Qual?
- 9- O que o levou a morar na rua?
- 10- Quanto tempo se encontra em situação de rua?
- 11- Mantém contato familiar? Onde moram?
- 12- Teria possibilidade de ir morar com esse familiar? Porque?
- 13- Tem amigos?
- 14- Quais as dificuldades vividas nas ruas?
- 15- Como é viver na rua para você?
- 16- Já tentou sair da rua? ()Sim ()Não Quais motivos o levou a retornar a rua?
- 17- Quem os ajuda na rua? Como é esse atendimento?
- 18- Quando precisa de algum serviço a quem recorre?
- 19- Como as pessoas lhe tratam na rua?
- 20- Já passou por algum projeto? Qual? Por quem foi atendido?
()Não, gostaria de passar por algum?
()Sim, a igreja. Como se relacionam?
- 21- Como você faz quando precisa de algum atendimento, tanto na questão da saúde, assistência social e outros? O que faz para sobreviver?
- 22- Já foi atendido por um assistente social? ()Sim ()Não ()outros profissionais
- 23- Já passou por alguma casa de passagem? Como foi recebido?
- 24- O que faziam lá? O que achou mais interessante?

- 25-O que deveria ser feito para que os projetos funcionassem?
- 26-Como se sente diante da sociedade?
- 27-Como acha que vai ser seu futuro?
- 28-O que poderia ser feito para que ninguém mais ficasse nas ruas?
- 29-Quais são seus sonhos?
- 30-O que dificulta para que esse sonho se realize?
- 31-Gostaria que alguém estivesse com você para alcançar esse sonho?

ANEXO B

O entrevistado “S” nasceu em São Gonçalo – SP, em uma família pobre, humilde onde desde sua infância passavam dificuldades, morando com seus pais e quatro irmãos, sendo S o caçula, tendo mais prioridades, pois enquanto só estudava, seus irmãos já trabalhavam, deixando o estudo de lado, pois o que o pai ganhava não era suficiente para o sustento da família. A mãe cuidava do lar e dos filhos, estando sempre presente, e mesmo assim não foi suficiente para que seu filho caçula **S**, não andasse com más companhias e não adentrasse no mundo das drogas e do crime.

E com apenas quinze anos foi preso por roubo, onde passou três anos da sua vida na FEBEM, ao sair voltou para casa dos pais, em São Gonçalo – SP, encontrando uma companheira e tiveram dois filhos.

Cursou até o segundo grau do ensino médio, trabalhou como marceneiro, mas continuou usando drogas, roubando e traficando, ficou nessa situação durante quatro anos. Até ir preso novamente, onde sofreu muito dentro da prisão, se arrependendo dos crimes que cometeu, com intenção de se recuperar das drogas e não roubar mais.

Aos vinte e seis anos saiu da prisão parou de roubar e traficar, mas continuou usuário de drogas, começou a fazer uso de bebidas alcoólicas. Com outra companheira e teve mais um filho. Continuando com os vícios e desempregado, aceitou ajuda para se tratar dos vícios em uma Casa de Recuperação de drogas na cidade de São Paulo, onde morou por um ano.

Após o tratamento de recuperação, não conseguiu entrar no mercado de trabalho, mesmo com experiência de marceneiro e o ensino médio incompleto, deixou o filho e sua companheira. Com vinte e nove anos, partindo para a cidade de Presidente Prudente onde seu avô morava, com intenção de arrumar emprego, mas não conseguindo, ficou apenas uma semana na casa do avô, saindo de casa por não aceitar as regras impostas pelo avô.

A partir daí foi morar na rua, perdendo o contato com os familiares, permanecendo há três anos e alguns meses em situação de rua. Estando hoje com uma nova companheira que está grávida de quatro meses.

Sobrevivendo com ajuda das igrejas, da sociedade, desta forma vão sobrevivendo, “aprendemos a nos virar diante das circunstâncias”. Pois na rua encontramos muitas dificuldades, principalmente a discriminação de algumas pessoas, “mas claro que não são todas, a maioria nos tratam com “respeito e educação”.

Sente-se muito triste por não conseguir um emprego, pois sabe que essa é a única possibilidade de sair da rua, e assim dar uma condição mais digna para sua companheira e para seu filho (a) que está próximo a nascer.

Pois já tentou sair da rua e ir morar com parentes, mas não deu certo, e acabou voltando. Mas relatou, que ainda tem esperança de um dia sair da rua, pelo fato de uma vida mais digna para as “pessoas que se encontram com ele, e que ama”. Estigmatizando essa situação de “mendicância”, não sendo digna para o ser humano, “tendo sempre que ficar pedindo quando sente necessidade, de roupas, comida, e claro meu cigarrinho”. Quando era só eu, ficava mais fácil, mas agora tenho que me virar para cuidar de dois. “Aí surge minha maior vontade de arrumar um emprego, para sair da rua”.

Ainda nos relatou, “que vivemos em uma sociedade desigual”, onde prevalece a “lei do mais forte”(S).

Mesmo diante desse contexto, vivenciando a realidade de sua situação de miséria degradante, tem sonhos e perspectivas para um futuro, onde possa ser feliz com as “pessoas que eu amo”. Para que esses sonhos se realizem, é necessário que o primeiro passo seja sair da rua, assim poderá “criar seu filho(a)”, “com condições dignas para sobreviver”, sem ter que “conviver com a incerteza de que amanhã terá o que comer”, isso eu não “desejo” para meu filho.

Diante de todas as pessoas que vivem nas ruas, a necessidade maior é “falta de apoio e incentivo por parte do Estado”(S) para que assim todos possam “sair das ruas, e morar com suas famílias”(S), com empregos para sobreviverem de forma digna e ser feliz.

Foi encontrado na calçada de uma loja, com sua companheira, sua “fictícia” tia e um cachorro, e seus pertences se encontravam próximos a eles. Tem, 33 anos, estava bem vestido e limpo, um pouco alcoolizado, mas consciente do depoimento, com facilidade de comunicação, e assim a conversa

aconteceu agradavelmente, relatou sua história de vida mostrando-se triste pela situação que se encontra hoje.

Relatos do 2º Morador de Rua: Entrevistado “C”

O entrevistado C, relatou sua história de vida e em seu depoimento se percebe o processo de perdas e rupturas que faz de sua vida mais uma de tantas barbáries a se relatar.

Nasceu em Londrina – PR, teve sua infância pobre e marcada por desavenças entre o pai e a mãe e sendo vítima do ódio do pai, pois nunca se deram bem, sempre discutiam. Quando C completou 10 anos, conheceu o lado cruel das drogas, as más companhias o levou a ser escravo do vício e encontrou nas drogas (crack e maconha) o que nunca teve em seu lar, pois sendo usuário constante, ele via ao seu redor, um mundo de realizações e fantasias.

Sendo usuário freqüente de drogas, querendo mais e mais, começou a vender objetos de sua própria casa, e o pai muito revoltado o mandou ir embora. E com apenas treze anos saiu de casa, deixando sua mãe e irmãos aflitos e chorosos pela decisão constrangedora do pai.

Cursou até a oitava série do ensino fundamental por insistência da mãe, ate ir morar na rua, e conheceu muitas pessoas que se encontrava na mesma situação, inclusive fez da rua seu lar e moradia, onde vê tudo e todos, ao contrário da sociedade que os vê como “invisíveis”.

Quinze anos se passaram e hoje com vinte e oito anos, permanece em situação de rua, sem mudanças, fazendo uso freqüente de drogas, e vivendo de mendicância e solidariedade das igrejas, que os auxilia com alimentação.

Sem perspectiva para o futuro, e sem possibilidade de retornar a seu lar junto de sua família, por motivo de vergonha da situação que ele se encontra, “não querendo que os veja assim”. E frisa que “na rua encontrei a liberdade que não tinha em casa”

Há contradições em sua história, de um lado à vontade de sair da rua, e do outro a necessidade de se drogar que é o motivo central de não retornar ao lar, pois na rua não tem os limites que tem em sua casa.

Relatando sua vivência na rua, foi direto ao dizer que “Deus o protege”, e as pessoas o tratam bem, principalmente as pessoas que representam a igreja, que os auxilia com alimentação, “essas pessoas dá muita atenção pra gente, e não discrimina nos”.

E quando necessita de outros atendimentos como saúde, assistência social entre outros, ele diz que em relação à saúde, “eu vou em um orelhão e ligo para a ambulância vir me buscar”, e na assistência social já fui para “ pedir uma passagem mas foi só isso”, e relata que “não gostaria de ficar em um abrigo porque lá não tem liberdade”.

Suas expectativas e sonhos se baseia na fatalidade, pois diz “meu futuro é morar com Deus”, e não possui sonhos “ sou feliz na rua e minha riqueza é Deus”.

Relatos do 3º Morador de Rua: Entrevistado “C. S”.

O terceiro entrevistado “C. S.” relatou sua história de vida com riqueza de detalhes e fácil compreensão que nos remete a entender o processo que o levou a sair de sua casa e ganhar o mundo dos “invisíveis” para a sociedade e para o Estado.

Teve uma infância privadora das necessidades básicas, devido ao trabalho precoce. Seu pai, caseiro de um sitio, trabalhava dia e noite para prover o sustento da família. “C. S.” ajudava o pai no sitio e sonhava em estudar para um dia se tornar doutor, mas a precariedade em que viviam, fez com que estudasse até a segunda serie do ensino fundamental, deixando escapar seu sonho por entre os dedos calejados da enxada que o fez ser prisioneiro de sue destino.

Saindo do convívio familiar devido às precárias condições, com dezessete anos foi morar na cidade de Pirapozinho – SP, na casa de parentes, com intenção de alcançar uma colocação no mercado de trabalho e constituir uma família. Casou-se aos dezoito anos, e trabalhando como cobrador de ônibus na cidade de Presidente Prudente, e logo veio a necessidade de se mudar, pois estava tendo muitos gastos para se locomover todos os dias.

Mudou-se para Presidente Prudente, onde nasceram seus dez filhos, criados com muitas dificuldades, pois a renda familiar se baseava só no salário de C. S.

O que menos esperava veio a acontecer, “o desemprego”, e com esta fatalidade que tanto os prejudicou, e a falta de oportunidade de emprego, fez com que procurasse se esconder de todo o seu sofrimento e desilusão de perder sua referência de provedor do lar, em um balcão de um “boteco” e assim através da bebida conseguiu se esconder de tudo e de todos.

Sua mulher não suportando a transformação que o destino lhe pregou, fugiu de casa deixando para trás sua família. Os filhos que já estavam na adolescência e outros em fase adulta aprenderam que através da precarização das necessidades básicas para sobreviver, teriam que procurar meios para terem o que comer e assim, a alternativa que lhes restaram foi através da solidariedade da comunidade e ações socioassistenciais.

Aos cinqüenta anos, se viu prisioneiro do vício, deixando para trás seus filhos e partiu para as ruas de Presidente Prudente. Dez anos se passaram e hoje aos sessenta anos encontra-se em companhia de uma mulher, também moradora de rua.

Mantém contato com os filhos que atualmente moram na mesma cidade, e diz que não gosta de morar com a família, “gostaria de morar sozinho com a minha companheira”.

Sobre as dificuldades que vivencia na rua, ele destaca, “é muito ruim quando chove e quando não da pra toma banho”. E “viver na rua é uma tristeza”. E sobrevive da solidariedade das igrejas e o centro Espírita, com auxílio de alimentação, e no restante “aprendemos a nos virar”.

Relatou ainda, que já passou por Albergues e foi bem recebido, e o que lhe chamou a atenção foi as pessoas mesmas se servirem (autonomia), mas falta “liberdade”, por isso prefere a rua.

Quanto a sua perspectiva de vida narra que, “a morte é o caminho de todos nós”, nessa fase da entrevista mostra o fatalismo que sua fala representa, incapaz de deixar essa realidade que é a rua.

E seu sonho é “viver em companhia da minha companheira”, e que “fizessem casas ou lugares para todos morar”.

